

HABEAS CORPUS Nº 491.788 - MG (2019/0031559-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FABIANO TORRES BASTOS - MG072008
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : F V R DE G (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **F.V.R de G.**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberaba (MG) julgou procedente a representação ofertada pelo Ministério Público estadual em desfavor do paciente, imputando-lhe a prática de ato infracional análogo ao crime de roubo, prevista no art. 157, § 2º, I, II e IV, do Código Penal e aplicou medida socioeducativa consistente em internação, pelo prazo máximo de 3 anos, com reavaliação semestral (e-STJ, fls. 157-162).

Pelas razões sintetizadas na ementa do acórdão a seguir reproduzida, o Tribunal *a quo* negou provimento à apelação defensiva (e-STJ, fls. 276-279):

"APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO – DESCLASSIFICAÇÃO PARA ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO DELITO DE FURTO – IMPOSSIBILIDADE – MAJORANTES – MANUTENÇÕES – MODIFICAÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE. Demonstrado o emprego de violência e grave ameaça por parte do apelante, impossível a desclassificação para o ato infracional análogo ao crime de furto. A palavra da vítima é suficiente para atestar a presença da majorante de emprego de arma de fogo, sendo prescindível a apreensão e a perícia da arma, conforme jurisprudência atual dos tribunais superiores. O cometimento do ato infracional análogo ao delito de roubo com a presença de duas ou mais pessoas é suficiente para caracterizar a majorante do concurso de pessoas. Demonstrado pelas declarações da vítima, que alegou ter permanecido em poder do apelante dentro de sua própria residência, configurada está a majorante da restrição da liberdade da vítima. A medida socioeducativa de internação é mais adequada e tendente à reeducação e ressocialização, proporcionando ao infrator a adequada reinserção na sociedade. Improvimento ao recurso é medida que se impõe." (e-STJ, fl. 276).

Não se conformando com a decisão, a Defensoria Pública daquela unidade federativa impetrou este *habeas corpus*, no qual reitera as razões do constrangimento ilegal imposto ao adolescente, alegando violação à regra contida no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assevera que o paciente é primário, não

existindo nenhuma outra medida anteriormente aplicada. Aduz, ao final, que “em nosso Estado não há estrutura adequada para o cumprimento da medida de internação, certo é que há medida socioeducativa menos gravosa a ser imposta ao paciente, capaz de cumprir seu caráter pedagógico a contento” (e-STJ, fl. 10).

Ao final, requer a concessão da ordem para substituir a medida de internação por liberdade assistida ou semiliberdade.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 283).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação do *writ* (e-STJ, fls. 325-328).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Dispõe a Lei n. 8.069/1990:

"Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I - advertência;

II - obrigação de reparar o dano;

III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semiliberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

[...]

Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

[...]

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não

poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

§ 2º Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada."

Está inscrito no acórdão impugnado:

"[...]

Não se olvida, ainda, que nos crimes contra o patrimônio, normalmente cometidos na clandestinidade, a palavra da vítima possui grande valor probatório, mormente quando corroborada por outros meios de provas, como a palavra dos policiais militares, formando um alicerce suficiente para sustentar a manutenção das majorantes.

[...]

Igualmente a majorante da restrição da liberdade deve ser mantida.

A vítima Francisco deixou claro que ficou em poder dos acusados por mais de 02 (duas) horas.

A Lei nº. 9.426/96 inseriu esta causa de aumento como forma de se punir mais severamente o agente de roubo que mantém a vítima em seu poder, restringindo-lhe a liberdade de ir e vir. Assim, independe do tempo da restrição à liberdade para o reconhecimento da majorante prevista no §2º, do artigo 157, do Código Penal.

Quanto ao pleito de modificação da medida socioeducativa, razão não assiste ao apelante.

Após detida análise dos autos do procedimento, observa-se que a medida socioeducativa consistente em internação mostra-se mais adequada e tendente à reeducação e ressocialização dos menores, a teor do disposto no artigo 122, da Lei 8.069/90.

É cediço que a medida socioeducativa de internação permitirá ao menor ensinamentos, limites e valores sociais, além de sua retirada do ambiente nocivo no qual se encontram.

As medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente visam a reinserção dos jovens na sociedade, devendo a sua escolha conter relação, não só com a gravidade do fato, mas também com as suas condições pessoais.

Analizando-se cuidadosamente todas as circunstâncias relevantes (gravidade do ato e condição social do menor), chega-se à conclusão de que não há como conceder ao apelante medidas socioeducativas menos gravosas.

[...]

Dessa forma, conclui-se que a medida extrema se justifica, não só porque os adolescentes praticaram ato de imensa gravidade, mas também porque necessitam de absoluta proteção do Estado, estando a sentença primeiramente adequada ao sistema de proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pelo exposto, NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO." (e-STJ, fls. 318-322).

Primeiramente, faz-se necessário assentar que não há incompatibilidade entre os princípios que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente e a aplicação da medida socioeducativa de semiliberdade (art. 120 da Lei n. 8.069/1990) ou a de internação (art. 122, I), desde o início. De acordo com o caso concreto, deve o

Magistrado singular levar em consideração as circunstâncias e a gravidade da infração, assim como a capacidade de cumprimento pelo adolescente, conforme o preceituado no art. 112, § 1º, do ECA.

A aplicação da medida socioeducativa pelo Magistrado singular deve sempre ser feita de forma fundamentada, afim de basear seu convencimento nos dispositivos legais e em dados concretos, ainda mais quando no caso concreto se exija a imposição de medida mais rigorosa.

Dos termos das decisões das instâncias ordinárias, verifica-se que a medida de internação foi aplicada de forma correta e motivada. No caso, a despeito da excepcionalidade da imposição das medidas restritivas de liberdade, a determinação da medida socioeducativa de internação tem lastro suficiente e mostra-se adequada, pois está apoiada, fundamentalmente, em suas condições sociais e pessoais, bem como em razão do ato ter sido cometido com grave ameaça e violência à pessoa, prática que, por si só, justifica a aplicação da medida extrema.

A medida socioeducativa não se destina à punição do adolescente, mas tem como escopo sua reeducação, sua ressocialização e sua proteção, tanto no aspecto físico como moral, observando, como de rigor, os princípios constitucionais da excepcionalidade e da brevidade, preparando os pacientes para o convívio social. Com isso, tem-se que a medida socioeducativa possui também natureza de prevenção geral e especial, desaconselhando o acolhimento do pedido dirigido à aplicação de medida de liberdade assistida.

Aos fundamentos do acórdão, os quais, evitando tautologia, adoto, nada seria necessário acrescentar. Apenas para reforçá-los, transcrevo ementas de acórdãos desta Corte versando sobre casos similares.

“AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INTERNAÇÃO. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. GRAVE AMEAÇA E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA. ART. 122, I, DO ECA. APELAÇÃO. TRAMITAÇÃO REGULAR. RECEBIMENTO APENAS NO EFEITO DEVOLUTIVO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há ofensa ao princípio da colegialidade diante da existência de previsão regimental para que o relator julgue monocraticamente o habeas corpus quando se fundamentar na jurisprudência dominante deste Superior Tribunal.

2. A orientação desta Corte Superior se firmou no mesmo sentido do acórdão impugnado, de que o art. 122, I, do ECA autoriza a internação na hipótese de ato infracional praticado com violência e grave ameaça contra pessoa. Os agravantes adentraram em domicílio alheio para subtrair veículo automotor, munidos de faca e arma de fogo, colocada no pescoço da vítima, o que evidencia a ausência de ilegalidade na sentença.

3. A apelação da defesa tramita de forma regular, e o recurso, que versa sobre a aplicação de medida socioeducativa, será recebido, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

4. Agravo regimental não provido.” (AgRg no HC 442.051-SC, rel.

Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 5/6/2018, DJe 12/6/2018).

“*HABEAS CORPUS* IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE ROUBO PRATICADO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E EM CONCURSO DE AGENTES. IMPOSIÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ATO PRATICADO COM VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA. POSSIBILIDADE. ART. 122, I, DO ESTATUTO MENORISTA. 3. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir *habeas corpus* que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência de constrangimento ilegal evidente – a ser sanado mediante a concessão de *habeas corpus* de ofício –, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal.

2. O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a imposição da medida socioeducativa de internação nas hipóteses de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta. Na espécie, o ato infracional praticado pelo paciente subsume-se ao tipo previsto no art. 157, § 2º, I, II, do Código Penal, o que remete, de pronto, à hipótese normativa prevista no inciso I do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não havendo, portanto, qualquer constrangimento ilegal.

3. *Habeas corpus* não conhecido.” (HC 283.894-SP, rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, j. 20/3/2014, DJe 28/3/2014).

No caso, comprovado o cometimento do ato infracional com grave ameaça e violência à pessoa – *in casu*, análogo ao delito de roubo majorado, pelo emprego de arma de fogo e concurso de agentes (art. 122, I, do ECA) –, e a existência de condições sociais e pessoais desfavoráveis à ressocialização, impõe-se a confirmação da sentença que aplicou medida socioeducativa consistente em internação ao adolescente e do acórdão que a ratificou.

Diante do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

